

Interseccionalidade: contribuição de psicanalistas negras e mulheres para o debate

Carlos Alberto Ribeiro Costa¹

Giselle Falbo Kosovski²

Jefferson Nascimento³

Resumo

Em um recorte interseccional que transpassa questões de raça, gênero e classe social, o presente artigo tem como objetivo desenvolver alguns pontos de encontro, tensões e enriquecimento mútuo entre Psicanálise e interseccionalidade, por meio de uma pesquisa bibliográfica. Iniciamos o texto explicitando algumas balizas teóricas e éticas que nos orientam na articulação entre clínica e política, a partir do ensino de Freud e Lacan, e seguimos com as contribuições para o tema aportadas por algumas psicanalistas negras e mulheres mais contemporâneas. Para finalizar, trazemos a discussão sobre a interseccionalidade indicando como a leitura de Freud sob a lente de Lacan desfaz a confusão entre o indivíduo e o sujeito na sua articulação com o Outro e rechaça a crítica recorrentemente dirigida aos psicanalistas de empreenderem uma prática individualista e burguesa.

Palavras-chave: Interseccionalidade, Psicanálise, Alteridade, Política, Inconsciente

1 Psicanalista. Professor do Setor de Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF-Niterói). Professor Permanente do PPG Psicologia: Estudos da Subjetividade. Membro do Laboratório de Psicanálise e Sociedade da UFF-Niterói - Lapso (Niterói, Rio de Janeiro, Brasil). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3623-9286>. E-mail: costacarlos@id.uff.br.

2 Psicanalista. Professora do Setor de Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF-Niterói). Membro do Laboratório de Psicanálise e Sociedade da UFF-Niterói - Lapso (Niterói, Rio de Janeiro, Brasil). Orcid: [0000-0003-4995-3630](https://orcid.org/0000-0003-4995-3630). E-mail: gisellefalbo@id.uff.br.

3 Doutorando e mestre em Psicologia Clínica pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Adjunto da Universidade Paulista – Unip (São Paulo, São Paulo, Brasil). Psicanalista. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8693-5098>. E-mail: jefferson.donascimento@outlook.com.

Introdução

Atualmente, as discussões acerca das formas de opressão vêm paulatinamente sendo perpassadas pela concepção de “interseccionalidade”. Com efeito, para além do campo mais puramente especulativo, uma série de ações têm se desenrolado a partir da *démarche* interseccional; na cena da civilização – nas universidades, políticas públicas, dispositivos de atenção, assistência e cuidado, nas mídias etc. –, mostram-se cada vez mais pujantes as contribuições advindas desse movimento. A Psicanálise como práxis atenta aos acontecimentos, remanejamentos e reestruturações simbólico-materiais da cultura também tem sido interpelada e tem interpelado a perspectiva interseccional: mais analistas têm se debruçado sobre o tema, mormente aquelas e aqueles que desdobram seu fazer em extensão, o que tem gerado frutíferos tensionamentos e composições teóricas, éticas e clínicas.

Tendo em vista esse cenário, o objetivo deste escrito é desenvolver alguns pontos de encontro, tensões e enriquecimento mútuo entre essas duas práxis, a saber, Psicanálise e interseccionalidade, por meio de uma pesquisa bibliográfica que se desenvolve em três partes: 1. A recuperação da tradição política subversiva da Psicanálise, a partir da centralidade que a noção de alteridade guarda na tradição freudo-lacaniana ao se pensar em subjetividade. 2. A identificação de elementos capitais da interseccionalidade desde suas fundadoras, assim como a busca por pontos de valência entre essa discussão e conceitos e construções nas obras de Freud e Lacan (principalmente por meio das noções de “mal-estar” e de “segregação”). 3. O apontamento de como as contribuições de mulheres analistas negras, como Neusa dos Santos e Virgínia Bicudo, mostram-se promissoras para futuros e maiores desdobramentos das relações entre Psicanálise e interseccionalidade.

A vocação subversiva da Psicanálise: a matriz da alteridade

No começo da Psicanálise, foi o amor, como recortou Lacan (1960-1961/1992), na leitura que faz do desencontro entre Breuer e Anna O., a partir do qual Freud inventa a Psicanálise. No seio da sociedade vienense do século XIX – fortemente marcada pelo patriarcado e pela exclusão das mulheres dos espaços de decisão e de direção no âmbito público e privado –, quando ainda era um neurologista recém-formado, Freud foi o primeiro a escutar o sofrimento psíquico das mulheres, a acolher suas falas e mal-estar, conferindo-lhes lugar de verdade. Com os recursos que tinha, e sobretudo com o que não tinha, inventando um modo novo de dar voz ao feminino, o psicanalista se interessou em escutar o que para ele permaneceu sempre como enigma e que o levou a aproximar o feminino da África por meio da alusão ao continente, então, desconhecido.

Tendo construído um método de trabalho com aquilo que suas pacientes lhe traziam, fez incidir o que nomeou como a terceira ferida narcísica no coração da humanidade: a presença de uma porção de si mesmo que não se educa e que é refratária a consentir com as normas do Outro. Ao longo de seu percurso, sempre esteve debruçado sobre as questões concernentes à subjetividade de sua época. Entre elas interessa-nos ressaltar suas reflexões sobre os fenômenos de grupo, o ódio à diferença e o racismo pensado por meio do repúdio

Costa, C. A. R.; Kosovski, G. F. & Nascimento, J.

dirigido ao povo judeu, que culminou no holocausto. Tais reflexões, como marca o autor de “Psicologia das massas e análise do eu” (Freud, 1921/2006), fazem-se no enlace do eu com a coletividade que lhe é constituinte, enodando de modo irrefutável – como marca Lacan ao longo de todo seu ensino – as relações do sujeito com a alteridade. O sujeito não é, portanto, sem a coletividade e o contexto histórico no qual está inserido. Há nessa tensão uma margem de determinação que é diversa do determinismo configurado pela lógica da causa e efeito, uma determinação que se engendra como pergunta a partir da qual o sujeito emerge como resposta. É justamente esse intervalo que possibilita a emergência do sujeito, na qual a Psicanálise encontra algum espaço para incidir.

Depois de Freud, contudo, muitos psicanalistas se extraviaram da orientação ética por ele recortada. Em muitos casos, pela influência de Anna Freud ao dirigir a pesquisa psicanalítica para o ego – dimensão imaginária do eu freudiano –; em outros, como efeito daquilo que Lacan (1972) nomeou como peste-terapia, a saber, a Psicanálise degradada pelos ideais americanos: o eu autônomo e as fantasias do *self made man*. Quando Freud viaja com Jung para a América acreditando estar levando a peste, ele não tinha ideia de que a Psicanálise, ao ser processada pelo capitalismo vigoroso que floresce em solo americano, transformar-se-ia nesse moralismo nefasto. E ao deslizar para fora do campo de pesquisa psicanalítico – que é o isso, o ineducável –, essa psicologia do ego desvirtuou seu sentido original e passou a tratar do indivíduo, prometendo a edificação de um ego forte, autoconstruído e independente do contexto social no qual está inserido. A peste-terapia, no entanto, não se desfaz do significant “Psicanálise”. E, por conta dessa manobra, a Psicanálise é recorrentemente confundida com uma prática individualista, segregativa e elitista, tal como difundida pelas instituições ortodoxas que se organizaram em torno desse extravio. Como marca o retorno à Freud empreendido por Lacan, em contrapartida, o ego é uma Gestalt imaginária que se assenta sobre o mito ultrarreduzido de se supor idêntico a si mesmo. Apenas nessa miragem o eu pode acalantar a ilusão de que ele é, a despeito das limitações e configurações impostas pelo corpo social no qual emerge.

Essa visada que se desvia da dimensão subversiva, originalmente impressa por Freud em sua práxis, tem o efeito danoso de elidir o trabalho de inúmeros psicanalistas que reinventam cotidianamente maneiras de aplicar o método psicanalítico, firmemente assentados em sua ética. Ancorados em uma orientação balizada pelo real – o impossível –, e não pelo campo dos ideais, tais psicanalistas criam em suas respectivas práxis outras configurações que presentificam a Psicanálise: no campo da saúde mental, nos hospitais gerais, na saúde pública, em clínicas populares, nas universidades etc. E o fazem em situações e dispositivos bastante diversos daquele que se vulgarizou no imaginário construído em torno do trabalho do psicanalista: um consultório burguês, com ambiente silencioso, um divã, uma poltrona. Como marca Romildo do Rego Barros (2003), a Psicanálise é sem *standard*, mas não sem princípios. Em outras palavras, ela não se reduz a nenhuma técnica, *setting* e tampouco estabelece protocolos. Seus princípios foram estabelecidos por Freud, psicanalista que tinha entre suas preocupações tornar o tratamento psicanalítico acessível às diferentes camadas sociais de sua época, a exemplo do excerto de “Linhas de progresso da terapia psicanalítica”, no qual Freud (1919/2006) escreve que,

[...] em algum momento, a consciência da população acordará e a alertará para o fato de que o pobre tem o mesmo direito à assistência anímica que ele já tem agora à assistência cirúrgica, que salva vidas. E que as neuroses não são menos ameaçadoras à saúde da população que a tuberculose e que, assim como está, não podem ser deixadas a cargo de cada pessoa do povo. [...] Esses tratamentos serão gratuitos. Pode ser que leve muito tempo até que o Estado perceba esses deveres como sendo urgentes. As condições atuais possivelmente ainda adiarão esse prazo, e é possível que a beneficência particular dará o primeiro passo com tais institutos; mas em algum momento isso necessariamente terá de acontecer. Resultará daí, para nós, a tarefa de adequar a nossa técnica às novas condições (pp. 201-202).

É preciso notar que, tanto Freud quanto Lacan, cada um à sua maneira, estiveram sintonizados com as mudanças operadas na subjetividade de suas respectivas épocas. E é Lacan quem explicita a ligação do inconsciente com o seu tempo, marcando que este não é uma profundidade ou propriedade do sujeito. Muito pelo contrário, o inconsciente está na superfície, nos atos falhos, nos chistes, nos sonhos, naquilo que surge em nós como alteridade distinta da unidade imaginária que configura o ego. Ao afirmar, portanto, que “o inconsciente é o discurso do Outro”, Lacan (1955/1998, p. 18) faz um corte radical com a concepção presente no senso comum de que o inconsciente é individual, ou propriedade do sujeito. Suas formações, que são fenômenos de linguagem, são tributárias desse órgão coletivo que é a ordem simbólica. E a ordem simbólica se modifica ao longo do tempo e do lugar por ela recortados.

Como animal mordido pelo verbo, o humano é deficiente de um saber que lhe oriente em relação ao seu campo de satisfações, seus apetites e suas paixões. Em outras palavras, não há nenhum tipo de programação natural que defina suas condutas e os papéis sociais que ele desempenha. Como decorrência, o que come, veste, ou o modo como irá se posicionar em relação ao sexual, é uma composição que se faz por intermédio das peças que são recolhidas, uma a uma, do campo desse Outro. Logo colocar-se como mulher, homem, cis, trans, menino, menina ou menino não porta nada de natural e está profundamente marcado pelos ideais, temas e complexidades de cada época e contexto no qual se vive. E é precisamente por essa razão que Lacan (1950/1998) nos adverte de que deve renunciar ao exercício da Psicanálise aquele que não estiver à altura da subjetividade de seu tempo. Só assim, o psicanalista será capaz de conduzir a cura dos casos que se dirigem a ele e que o colocam nesse lugar.

Se no humano as diferenças anatômicas – de gênero, de cor etc. – engendram consequências, estas são majoritariamente psíquicas, e não determinadas por fatores biológicos. As diferenças ditas biológicas são tomadas como marcas simbólicas, ou seja, como insígnias que se ordenam como valores inscritos pela lógica discursiva. Em virtude do banho de linguagem que nos constitui, as pequenas diferenças são tomadas simbolicamente em um enquadramento que organiza o corpo social e confere valores regidos não apenas por ideais, mas também por modos de gozo que se impõem de maneira majoritária. Tais insígnias determinam e apontam, em muitas medidas, lugares a serem ocupados pelos sujeitos que respondem ou portam essas marcas. Dessa articulação de termos, criam-se valores sociais que

Costa, C. A. R.; Kosovski, G. F. & Nascimento, J.

definem o que é bom, o que é belo, bem como onde está o dejetivo e o que deve ser segregado ou eliminado. No Brasil, conforme já localizado por autores como Munanga (2020), a política de branqueamento da população, em associação com o mito da democracia racial, explicita de maneira inequívoca quais traços são valorizados e quais não são, e quais, portanto, devem ser esmaecidos, apagados ou eliminados.

Embora o racismo no Brasil, depois das leis que aboliram a escravidão, não tenha vigorado explicitamente nas políticas de Estado, ele não deixa de estar firme e estruturalmente instalado. A partir da Psicanálise, entendemos o racismo e a segregação dirigidos aos pretos como um racismo de discurso, entranhado na rede simbólica que nos constitui. Como decorrência, se na Terra Brasilis não é sem consequências se constituir como homem ou como mulher; com a nossa história e herança escravocrata, é menos indiferente ainda habitar esse mundo como uma mulher, preta, e com muita recorrência pertencente às classes sociais menos favorecidas. E tendo em tela essa vocação política subversiva da Psicanálise, passaremos a interrogar a “interseccionalidade”. É esse o tema que pretendemos discutir a seguir, com contribuições de algumas psicanalistas pretas que, cada uma a seu tempo e à sua moda, desvelam os avatares de tais vicissitudes.

A ferramenta da interseccionalidade

Uma vez recuperada essa vocação para o debate político e a crítica social, pensamos ser o momento, em nosso artigo, de buscar explorar mais detidamente a noção de “interseccionalidade”: Quais seriam os elementos mais centrais que esse conceito recorta e em que ele avança na crítica social? O que ele nos diz da subjetividade de nossa época e quais podem ser os pontos de convergência possíveis entre Psicanálise e interseccionalidade?

Ao recuperarmos a emergência do conceito de interseccionalidade, podemos identificar o quanto o contexto de sua incidência não é indiferente: trata-se do momento de franca ascensão do neoliberalismo, com seu enfoque no mito do indivíduo autofundado, arcando com riscos em detrimento da segurança e trocas sociais. Esse regime engendra o espírito de consumo, a austeridade e o rechaço da esfera coletiva, entre meados e fim dos anos 1980 do século passado, nos Estados Unidos da América, pouco depois da retomada franca dessa política na Inglaterra de Thatcher. Foram nessas coordenadas que Kimberlé Williams Crenshaw, professora, pesquisadora, ativista dos direitos humanos e uma das fundadoras da teoria crítica da raça, em 1989, no artigo “Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”, usa pela primeira vez, de forma sistemática, o conceito. Por certo, como aponta Akotirene (2019), as primeiras análises desse âmbito multifacetado de opressões cobertos por essa noção encontram raízes mais profundas, de mais de 150 anos, nas heroicas intervenções de Sojourney Truth (1851; 1867), na obra “E eu não sou uma mulher?” e em sua histórica carta “Keeping the thing going while things are stirring”, endereçada à American Equal Rights Association, em 1867. Porém, com essa maior sistematização, num contexto neoliberal, e com algumas vitórias de movimentos sociais, a formalização do conceito por Crenshaw permitiu avanços importantes.

Costa, C. A. R.; Kosovski, G. F. & Nascimento, J.

Um desses avanços mais flagrantes era a tentativa de superar um importante impasse entre três campos de luta social: o antirracismo, o feminismo e o movimento sindical. Tais movimentos haviam obtido conquistas importantes, mas muitas dessas conquistas tardavam ou não chegavam nas camadas mais vulneráveis da população, como as mulheres pretas das camadas mais populares. Trata-se de situar as análises e buscas de transformação em torno da vida dessas pessoas mais desfavorecidas, não como casos excepcionais do racismo, sexismo e exploração material, mas como ponto de convergência de várias opressões. Enfrentar essas injustiças a partir desse ponto de maior fragilização, por outro lado, reverteria em ganhos para os estratos de pessoas socialmente marginalizadas. Em um salto importante, em termos de crítica social, apreendia-se como o capitalismo restringe acesso a direitos fundamentais, oportunidades, qualidade de vida, saúde etc., mediante a construção de identidades que não operam separadas, mas numa rede complexa e articulada. Imperativo que fazia com que os movimentos de crítica, luta e transformação

[...] começassem com a abordagem de necessidades e problemas daqueles que estão mais desfavorecidos e com o reestruturar e refazer o mundo onde necessário; então outros que são singularmente desfavorecidos também se beneficiariam. Além disso, parece que colocar aqueles que atualmente são marginalizados no centro é a maneira mais eficaz de resistir aos esforços para compartimentalizar experiências e minar o potencial de ação coletiva (Crenshaw, 1989, p. 167).

Em sua apreensão da noção de interseccionalidade, Patricia Hill-Collins e Sirma Bilge (2020) nos apresentam de forma bem explícita uma série de consequências desse conceito, tornando ainda mais acessível esse debate, reiterando, sobretudo, que ao falarmos de interseccionalidade, trata-se não de um conceito abstrato, mas de uma “ferramenta analítica” (pp. 16-17) que une, ao mesmo tempo, a pesquisa crítica a uma prática de transformação de realidades. Como *práxis*, tal ferramenta vem se atualizando desde o momento em que foi sistematizada até hoje, incluindo outras formas de opressão como objeto de sua análise – como as categorias de etnia, idade, localização geográfica, sexualidade etc. Assim o faz, sem perder de vista, como aponta Akotirene (2019), que não se trata de uma simples “adição de categorias” (p. 27), mas do avanço da identificação do jogo complexo do capitalismo contemporâneo de “quais condições estruturais atravessam os corpos, quais posicionalidades remontam significados subjetivos desses corpos”, montando “matrizes de opressão” sob a “forma de identidades” (p. 27).

Como *práxis* e ferramenta crítica de análise, a interseccionalidade desvelaria relações complexas de poder que se consolidam a partir de “práticas organizacionais duráveis” (Hill-Collins & Bilge, 2020, p. 21), práticas essas que se desdobram em ao menos quatro domínios: a) estrutural: meios materiais de produção, reprodução, organização e consumo em uma sociedade; b) cultural: no erigir de expectativas e atividades normalizadas, ideias, representações e imagens veiculados pelas mídias; c) disciplinar: criação de regras, regulamentos, leis e canais de sucesso e marginalização, incentivo, coação etc.; d) interpessoal: construção e mercantilização de identidades, percepção de pertencimento e vivências da convergência entre estrutura, cultura e disciplina. Uma vez reunidos alguns elementos que consideramos mais centrais da noção de interseccionalidade, é importante agora avançar no sentido de encontrar pontos mais específicos, na obra de Freud e Lacan, de tensionamentos, toque e diálogo.

A Psicanálise e o debate interseccional

Dissemos no início de nosso escrito que há algo de uma potência libertadora imanente ao próprio surgimento da Psicanálise, na oferta de escuta e reconhecimento da palavra dos, até então, relegados aos muros de instituições manicomiais de sequestro, tidos como simuladores ou, ainda, alvos de silenciamentos na dura moral vitoriana. Pretendemos recuperar nesta parte de nosso texto, em Freud e Lacan, algo dessa matriz subversiva que identifica entrecruzamentos entre as formas de organização social e o sofrimento subjetivo, assim como vislumbrar elementos contemporâneos úteis em nossa investigação sobre as relações entre Psicanálise e interseccionalidade.

A Freud nunca escapou o quanto a forma na qual a alteridade e a vida social se estruturam nos atravessam radicalmente. Já em “Projeto para uma psicologia científica”, a dialética entre desamparo, suporte do próximo e ação específica inscreve as bases de nosso aparelho mental, indicando o lugar fundamental da alteridade na constituição psíquica (Freud, 1895/2003); em “Três ensaios para uma teoria da sexualidade”, Freud (1905/2006) explicita como a própria pulsão é despertada pelos cuidados dispensados pelo Outro de referência do sujeito; em “Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna”, Freud (1908/2006) explora pela primeira vez a determinação social de uma síndrome de esgotamento psíquico e sexual; no texto sobre “O narcisismo” (Freud, 1914/2006), vemos como a própria constituição do eu e de seus ideais, bem como o agente censor, passam por uma subjetivação cada vez maior das exigências e expectativas sociais. Já no tripé que são os principais textos freudianos sobre a cultura – Totem e tabu (Freud, 1913/2006), “Psicologia das massas e análise do eu” (Freud, 1921/2006) e “O mal-estar na civilização” (Freud, 1930/2006) –, ele investigou desde o mito de fundação da vida social, enveredando pelo estudo comparativo entre sociedades totêmicas e sociedades de estrutura mais estratificadas, a indissociabilidade entre a psicologia individual e o social, o “narcisismo das pequenas diferenças” e nossa participação simbólica e afetiva simultânea em vários grupamentos, até a localização de conflitos estruturais ligados a nossa condição humana e o perpétuo tensionamento que a vida em sociedade implica.

O conceito freudiano de “mal-estar”, nesse sentido, oferta-se como verdadeira dobradiça entre subjetividade e política, singular e social. Freud (1930/2006), em “O mal-estar na civilização”, pensa, como uma das três modalidades mais fundamentais do mal-estar, a relação dos sujeitos a seus próximos, a qual coloca em cena, diretamente, o modo como a coletividade se organiza material e espiritualmente ao longo das eras. Consideramos ser esse conceito um ponto de ancoragem ao mesmo tempo robusto e flexível, sólido e articulado para acessar a imanência entre Psicanálise e seu contexto de operação. A aposta de Freud, porém, não recai sobre uma política romântica de retorno ao pré-social, tampouco, em um nihilismo perante o mal-estar inelutável: a despeito de sua porção irreduzível, caberia aos homens investirem no amor e no desenvolvimento da civilização.

Tal dobradiça se mostra em plena ação quando, por exemplo, vemos que Freud não se furtou a participar dos debates mais públicos de seu tempo, seja na discussão travada com Einstein em o “Por que a guerra?” (Freud, 1932/2006) – oportunidade na qual novamente localiza a face mortífera do *homo homini lupus* – ou quando, por ocasião do caso de Philippe

Halsman (Freud, 1931/2006), tentaram utilizar a *práxis* elaborada por um judeu para tentar incriminar outro judeu num tribunal sem provas, manobra que exalava segregação no tempo de ascensão do nacional-socialismo. Sendo judeu oriundo de [uma] classe [mais] popular da antiga Morávia, não lhe escapou o sofrimento ligado ao racismo presentificado pela opressão, perseguição, exílio e perdas pessoais, sendo sensível à importância de dirimir o sofrimento pela falta de acesso às condições materiais dignas de vida (para os quais ele sugerira, inclusive, auxílio financeiro governamental) e a um tratamento psíquico satisfatório para as camadas mais populares (que deu ensejo às primeiras experiências de clínica mental pública), preocupações essas expressas em seu texto “Linhas de progresso na terapia psicanalítica” (Freud, 1919/2006).

Com Lacan: o avanço da segregação na cópula da ciência com o capitalismo

Vimos, nas primeiras páginas de nosso texto, o quanto a relação entre alteridade e constituição subjetiva são centrais em Lacan: a linguagem nos perpassa numa polifonia irreduzível à suposta identidade egoica. Seguindo a orientação freudiana, Lacan investe em uma série de considerações no nível da crítica da cultura, especialmente sobre o ponto de confluência entre capitalismo e ciência. Sendo nosso propósito maior aferir pontos de confluência entre a Psicanálise e a ferramenta da interseccionalidade, consideramos o conceito lacaniano de segregação como elemento central para essa articulação e o apresentamos aqui em linhas gerais.

Primeiramente, podemos partir do cristal da língua corrente para distinguir o que seriam as noções de “exclusão” e de “segregação”. Enquanto os sentidos comuns aos dois termos ressoam as conotações de “afastamento”, “separação” ou “privação de contato”, algo vem particularizar, marcadamente, a segregação pelo viés da conotação de “isolamento do grupo principal”, “discriminação”, “tratamento injusto ou desigual com base em preconceitos” e “dissociação que se realiza quando unidades similares, obedecendo ao mesmo impulso, concentram-se, distanciando-se, ao mesmo tempo, de outras unidades consideradas diferentes ou divergentes” (Aurélio, 2002; Dicio, 2018; Michaelis, 2015; Priberam, 2013).

É essa dimensão de exclusão inclusiva, de alienação e cifragem de algo do real na interface entre ciência e capitalismo que vai interessar a Lacan em sua atualização do debate e crítica da cultura a partir dos anos 1970. Em “Proposição de 9 de outubro de 1967”, ele chama a atenção para esses efeitos de concentração excludente, evocando uma experiência que Freud pôde ter notícias, mas que pouco tempo teve para teorizar em suas consequências: os “campos de concentração”. Esses referem-se à pulverização em massa, no laço social, de categorias alienantes que capturam os sujeitos, sob os auspícios técnico metodológicos de espaços artificiais, manobra inspirada na operação de escrita científica e na produção em série (Lacan, 1967/2003). O autor evoca o terror como afeto relacionado ao avanço cada vez mais flagrante das práticas de segregação:

[...] nossos pensadores, vagando do humanismo ao terror, não se concentraram o bastante [sobre o real que veio à tona pelos campos de concentração]. Abreviamos dizendo que o que vemos emergir deles, para nosso horror, representou a reação de

precursores em relação ao que se irá desenvolvendo como consequência do remanejamento de grupos sociais pela ciência, e, nominalmente, da universalização que ela introduz. Nosso futuro de mercados comuns encontrará o seu numa ampliação cada vez mais dura dos processos de segregação (Lacan, 1967/2003, p. 263).

Segundo Lacan (1968/2003), em “Alocução sobre as psicoses na infância”, haveria uma verdadeira “destruição da antiga ordem social”, em uma escala planetária “sem precedentes”: Os homens estão enveredando por uma época que chamamos planetária, na qual se informarão por algo que surge da destruição de uma antiga ordem social, que eu simbolizaria pelo Império, tal como sua sombra perfilou-se por muito tempo numa grande civilização, para ser substituída por algo bem diverso e que de modo algum tem o mesmo sentido – os imperialismos, cuja questão é a seguinte: como fazer para que as massas humanas fadadas ao mesmo espaço, não apenas geográfico, mas também, ocasionalmente, familiar, se mantenham separadas? [...] Como responderemos, nós os psicanalistas à segregação trazida à ordem do dia por uma subversão sem precedentes? (pp. 360-361).

Em seu seminário “Extimidad”, Miller (2010) resgata essa discussão iniciada por Lacan e frisa a centralidade dos remanejamentos do social pela ciência para a apreensão dos efeitos contemporâneos de segregação. Se toda formação humana visa refrear o gozo e se os modos de gozo tocam no que é mais singular a um sujeito, os laços sociais denotam uma conjugação possível – sob a forma de tensão e mal-estar, e não como homogeneização – entre aquilo do gozo que é partilhado e o que resiste à conexão. Quando confrontados a outros modos de gozo daqueles “que não festejam como nós” (Miller, 2010, p. 53), podemos experimentar paixões narcísicas como o ódio e a intolerância, afetos próximos do que Freud evocava com a expressão “narcisismo das pequenas diferenças”. Todavia, se a captura universalizante e irrestrita dos modos de gozo pela “mundialização do mercado e das trocas” (p. 50) se faz sentir, também o ódio e a intolerância refluirão em torrentes desmesuradas.

A destruição das raízes socioculturais que ancoravam a pertença dos sujeitos a grupos simbolicamente constituídos e o imperativo de aglutinação à civilização globalizada fazem-nos viver esse ódio irrestrito sob uma dupla face: de um lado, odiamos o Outro como exterioridade, negando-lhe o direito à palavra e à atuação sobre a cidade; de outro, somos compelidos a reiterar os esforços de universalização com relação ao Outro como extimidade, algo interno-externo a nós. Capitalismo e ciência são, assim, vivenciados não como imposições, mas como adesões identitárias na busca pela promessa de um mais-de-gozar do mesmo. Essa conjuntura, surgida na modernidade e hipertrofiada hoje, perpassa nossa experiência da cidade e mantém como problemáticos os modos de gozo ainda mais singulares.

Com a obra freudiana e o ensino de Lacan, explicita-se que os efeitos coletivos, sociais e materiais de produção de mal-estar não se encontram aliados das considerações, debates e ofício dos psicanalistas. Como advoga Laurent (1999), ao analista não cabe mais – de fato, nunca coube – uma postura de suposta neutralidade ou de vazio esfíngico ao ser questionado pela *polis*, naquilo que ela contribui ou oblitera em termos do lugar que esta confere aos sujeitos e aos modos de reconhecimento e enlace de suas singularidades. Cabe a quem é perpassado por essa práxis reconhecer a “comunidade de interesses entre Psicanálise e

Costa, C. A. R.; Kosovski, G. F. & Nascimento, J.

democracia” (Laurent, 1999), e isso envolve a importância de não desconhecer, ignorar ou recriminar modos de sofrimento que são construídos pela forma como os próprios humanos erigem estruturas simbólico-materiais da civilização.

Pelo que foi exposto, atesta-se que as violências e opressões ligadas ao racismo, à exploração social, ao machismo, ao capacitismo e a outras opressões são objeto de intervenção e interesse para a Psicanálise. Nessa direção, consideramos fundamental que a práxis psicanalítica possa empreender o resgate e a reparação em relação às contribuições que analistas negras e negros deram e vêm dando ao campo e que, pelos processos sociais de exclusão, que também estão entranhados nas escolas e instituições de Psicanálise, não foram devidamente escutados. Reconhecendo a dimensão interseccional do mal-estar e visando dar voz às contribuições de analistas negras que muito têm a nos ensinar. Na parte final de nosso trabalho, fazemos ressoar as reflexões de duas autoras analistas: Neusa dos Santos Souza e Virgínia Bicudo.

Abrindo caminhos: Virgínia Bicudo

A psicanalista Virgínia Bicudo sofreu o que muitos autores, como Schechter e Vidal (2020), consideram como um apagamento, tanto de sua figura como pesquisadora no campo sociológico como de sua contribuição na difusão da Psicanálise no Brasil. Paulistana, filha de mãe branca com ascendência italiana e de um brasileiro negro, Virgínia coleciona em sua história de vida alguns marcadores: ter sido neta de uma mulher negra que foi escravizada; ser a primeira mulher a fazer análise na América Latina e primeira psicanalista não médica no Brasil. Foi também pioneira ao escrever uma tese sobre as relações raciais no Brasil, inaugurando todo um campo de discussão sobre o tema no país.

No que se refere à Psicanálise, Virgínia Bicudo colaborou de modos bastante inovadores: na década de 1950, com o desenvolvimento de um programa de divulgação de princípios de higiene mental, referenciados pela Psicanálise, na Rádio Excelsior. Nele, a psicanalista dramatizava situações envolvendo diversos temas: amor, inveja, inconsciente, agressividade, ciúmes e ódio. O programa na rádio também lhe rendeu uma coluna dominical no *Jornal da Manhã*. Em 1956, os textos de sua coluna transformaram-se no livro *Nosso Mundo Mental*. Virgínia participou ativamente da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, como psicanalista, e esteve, diversas vezes, em cargos de direção, como secretária, tesoureira, professora, supervisora, analista didata e diretora do Instituto Durval Marcondes. Em 1970, fundou o Grupo Psicanalítico de Brasília e, mais tarde, o Instituto de Psicanálise da capital federal. Enquanto a Psicanálise se instaurava no Brasil e os grandes veículos de comunicação a divulgavam de uma forma acessível aos leigos, Virgínia teve importante papel nessa democratização do conhecimento em Psicanálise. A psicanalista também esteve presente na equipe técnica que traduziu, do inglês para o português, a Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, pela Editora Imago, ao lado de outros psicanalistas renomados de sua época, como David Zimmermann.

Segundo Braga (2016), a trajetória pessoal de Virgínia é delineada pela percepção do preconceito de cor e pelo sofrimento derivados do racismo, que, como a própria Virgínia

reconhece, incidiram sobre as suas escolhas profissionais. A autora também traz o relato de Virgínia em uma entrevista de 1998:

Eu me interessei muito cedo por esse lado social. Não foi por acaso que procurei Psicanálise e Sociologia. Veja bem o que fiz: eu fui buscar defesas científicas para o íntimo, o psíquico, para conciliar a pessoa de dentro com a de fora. Fui procurar na Sociologia a explicação para questões de status social. E, na Psicanálise, proteção para a expectativa de rejeição. Essa é a história (Braga, 2016, p. 1).

Anteriormente, em uma entrevista cedida a Anna Verônica Mautner e Luiz Meyer, em outubro de 1983, ela já havia revelado o primeiro e doloroso contato com o racismo: “Eu fui criada fechada em casa. Quando saí, foi para ir à escola, e foi quando, pela primeira vez, a criançada começou: ‘negrinha, negrinha’. Quando eu estava em casa, eu nunca tinha ouvido. Então, eu levei um susto” (Mautner, 2000, p. 6).

Conforme observamos em seu relato, até chegar à Psicanálise, Virgínia foi buscar respostas para o racismo na sociologia. Em 1935, já graduada como educadora sanitária, matriculou-se na Escola de Sociologia e Política, da Universidade de São Paulo (USP): “Eu queria me aliviar de sofrer. Imaginava que a causa do meu sofrimento fossem problemas sociais, culturais” (Bicudo, 1995 *apud* Braga, 2016, p. 1), disse, em depoimento de 1995. No segundo ano do curso, conheceu a Psicologia Social e, como decorrência, as ideias de inconsciente defendidas por Sigmund Freud. Isso lhe despertou o interesse em se aproximar da Psicanálise. Assim, ela chega ao psiquiatra e professor Durval Marcondes, que lhe recomendou procurar a psicanalista judia alemã Adelheid Koch, que se refugiou no Brasil para escapar do nazismo. “Eu fui a primeira pessoa que usou o divã da Doutora Koch” (Bicudo, 1995 *apud* Braga, 2016, p. 1), diz em uma entrevista de 1995. Conforme apontam Schechter e Vidal (2020), o início da Psicanálise no Brasil, então, se deu a partir do encontro entre uma mulher negra e uma mulher judia.

Conforme marca Braga (2016), em meados da década de 1950, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) financiou o maior projeto de pesquisa sobre relações sociais no Brasil. O projeto demoliu a tese de que tínhamos uma democracia racial no país e a pesquisa de Virgínia Bicudo, pioneira e fundamental para o tema, foi publicada como um apêndice do estudo. Posteriormente, contudo, sua contribuição foi completamente excluída da segunda edição, em 1959. Outra situação que ilustra a hostilidade e o apagamento sofrido por Virgínia Bicudo foi um episódio ocorrido em 1954, durante o 1º Congresso Latino-Americano de Saúde Mental. Na ocasião, ela foi alvo de hostilidades por ser uma psicanalista não médica: “Eu estava sentada e todos os médicos de pé, todos gritando: ‘Absurdo! Psicanalistas não médicos!’ Foi horrível! Olha que eu quase me suicidei por isso. Você ouvir outras pessoas dizendo: ‘Você é charlatã!’ Ah! Você não fica de pé! Você vai para casa e quer morrer” (Bicudo, 1995 *apud* Braga, 2016, p. 1), disse em uma entrevista à Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Esses médicos inclusive chegaram a distribuir panfletos com as frases: “Se eres neurótico e queres se tornar psicótico, procura a doutora Virgínia Bicudo. Se trate com a doutora Virgínia Bicudo” (Bicudo, 1995 *apud* Braga, 2016, p. 1).

Na perspectiva de Gomes (2013), embora Virgínia tenha participado do mundo acadêmico num período em que a maioria dos negros sequer era alfabetizada, e tenha sido sujeito ativo em um modelo de vigor da sociologia participante, ela “sumiu e se fez sumir”.

Enriqueceu com a Psicanálise, tornou-se célebre e requisitada, convivendo com ministros e senadores, mas esse destaque todo teve um custo alto: ela precisou se afastar de um contexto social no qual havia mais pessoas negras para completar seu processo de ascensão. Nesse processo, segundo a autora, ela não embranqueceu, ela apenas perdeu a cor. Seus relatos quando já idosa, contudo, foram indicando uma posição de alguém que precisava marcar o pertencimento à negritude e à sua origem, relatos que foram tornando sua cor mais viva.

O rigor teórico de Neusa Santos Souza

Neusa Santos Souza foi uma psicanalista e psiquiatra brasileira. Nascida em 1948 em Cachoeira-BA, construiu uma trajetória de transmissão da Psicanálise e, assim, contribuiu para a formação de vários outros psicanalistas, hoje em atividade. Durante sua vida na cidade do Rio de Janeiro, desenvolveu estudos, exerceu a clínica, participou de espaços de militância política e desempenhou importante papel na difusão da Psicanálise a partir do ensino de Jacques Lacan. De origem humilde, como relatam amigos em entrevistas a Penna (2019), ingressou na universidade no curso de Medicina. Mas desde o começo da graduação, esteve inclinada à área da Psiquiatria. Ainda no curso de graduação em Medicina, Neusa teve os primeiros encontros com os textos de Freud, ao estudar as relações médico-paciente.

A atuação profissional de Neusa começa no Sanatório Bahia e estende-se por outros hospitais psiquiátricos, como o Hospital do Engenho de Dentro – atual Nise da Silveira – e na Casa Verde, no bairro de Botafogo, onde desenvolveu seminários e grupos de estudos. Antes de falecer, em 2008, dava ênfase à pesquisa em Psicanálise sobre as psicoses, tendo publicado o livro *A psicose: um estudo lacaniano* (Souza, 2023). Além da atuação clínica como psicanalista, Neusa também publicou vários artigos com temas diversos do campo psicanalítico. Em 2005, organizou, com a psicanalista Maria Silvia Hanna, o livro: *O objeto da angústia* (Souza & Hanna, 2005).

No ano de 1975, ao se mudar para a cidade do Rio de Janeiro, realizou algo não muito comum à época no Instituto de Psiquiatria e Saúde Mental da Universidade Federal do Rio de Janeiro: ingressou diretamente no mestrado sem ter antes cursado a especialização. Dessa experiência acadêmica, seu famoso livro *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social* (Souza, 2021) é fruto, texto que hoje já conta com três edições. Sobre esse livro, ela disse, na última entrevista que deu antes de falecer:

Referência, assim, fundamental... talvez, na minha trajetória seja o fato de eu ter escrito *Tornar-se Negro*. Que foi a rigor uma dissertação de mestrado e que virou um livro e que parece que hoje ainda é uma referência. As pessoas continuam me procurando muito em função desse livro e, enfim, foi um livro que escrevi, portanto, há 25 anos (Souza, 2008).

Em *Tornar-se negro*, Neusa Santos Souza (2021) relê o conceito de ideal do eu em Freud, a partir das situações de racismo contra a população negra em ascensão social no Brasil. Trata-se de um estudo psicanalítico inovador, pois traz uma articulação importante, proposta por Freud em textos como “Psicologia das Massas e Análise do Eu” (Freud, 1921/2006), e que insere a Psicanálise na discussão dos processos que envolvem a sociedade sem perder a perspectiva singular do inconsciente em cada sujeito.

Costa, C. A. R.; Kosovski, G. F. & Nascimento, J.

Apesar de ter sido reconhecido e, conseqüentemente, publicado, o estudo empreendido por Neusa – mulher e preta – infelizmente não ganhou, na ocasião do lançamento de seu livro, o destaque que lhe era devido. Como a Psicanálise era, e ainda é, um campo majoritariamente habitado por psicanalistas brancos, a branquitude obliterou a extensão e a importância de sua reflexão para o contexto social brasileiro. Conforme propõe Nascimento (2021), sua contribuição e legado para a Psicanálise ressurgem com força depois do movimento das cotas raciais nas universidades brasileiras. O ingresso de alunos cotistas nas universidades promove uma revolução epistemológica em vários campos. No campo da Psicologia e da Psicanálise, iniciou-se a busca por referências para uma clínica dos sujeitos mais próxima da situação de sofrimento psíquico encontrado por diversos grupos em nossa sociedade, sobretudo dos negros e pardos. E Neusa nos serve de aporte ao propor que nos detenhamos nos possíveis efeitos das marcas do racismo estrutural que nos habita e que, como marca Tarrab (2019), a Psicanálise não só pode como deve fixar o que seria a sua posição acerca das situações que envolvem o racismo e seus efeitos de segregação. Esse convite a uma tomada de posição em relação às situações de racismo vem a partir do pensamento de que a Psicanálise é parte dessa cultura que o produziu, dele padeceu e padece, em escala cotidiana ou de massas, sutil ou brutal.

Conforme aponta Zizek (2010), o Ideal do Eu é uma agência que o Eu tenta impressionar com sua imagem, o grande Outro que vigia e lhe impele a dar o melhor de si e configura o ideal que tentamos seguir e realizar. A partir dessa definição, consideramos que o conceito de Ideal do eu branco, proposto por Souza (2021), é uma teorização importante para tentarmos interrogar como os negros podem vir a ser afetados pela estrutura da branquitude que reina soberana em nosso corpo social. Nesse sentido, entendemos que o termo “branco”, ao qual a autora se refere, não diz respeito a uma pessoa especificamente, mas a um sistema de representações simbólicas que coloca, do lado da pessoa socialmente lida como branca, todo o referencial de beleza, de inteligência, de sucesso etc. É esse sistema que estrutura as relações na civilização e, no Brasil, faz da população negra o polo oposto a tudo isso que o dito branco representa.

Da obra de Souza (2021), podemos extrair alguns pontos recorrentes da árdua jornada que alguns negros imprimem em relação ao Ideal do eu branco; entre eles, vemos a imersão da pessoa negra numa ideologia imposta pelo sistema da branquitude, em uma espécie de introjeção dessas marcas e valores. Tal ideologia convocaria os negros, de maneira coercitiva, a lutarem para realizar em si tal modelo referencial. Em Psicanálise, poderíamos pensar que tal ideologia advém do campo do Outro e, conforme já vimos, esse é o arquivo dos ditos de todos os outros que têm ou tiveram importância para o sujeito desde sua infância – e até mesmo antes de ter nascido. É desse arquivo de significantes, simbólico, que estabelece e valida posições sociais, que advém os elementos que também irão compor uma ideologia racista que determina o que o sujeito fala, pensa, age... É no campo do Outro que o sujeito estará às voltas com sua condição de ser falante. Entre os muitos efeitos psíquicos que o racismo pode vir a trazer ao sujeito, ressaltamos as situações nas quais o negro precisa, principalmente, reconsiderar sua condição humana, vendo-se do lugar de “peça” ou “coisa” – tal como marca Nogueira (1998).

Considerações finais

Percorremos, em nossa escrita, um caminho que buscou tecer algumas interseções e tensionamentos possíveis entre duas práxis distintas: a psicanalítica e a interseccionalidade. Entendemos tal movimento como importante, pois, uma vez que a Psicanálise é imanente ao campo vivo da cultura e da civilização, as formas de mal-estar sempre se atualizam e nos convocam à intervenção e o inconsciente insiste de maneiras sempre contemporâneas.

Por essas trilhas, sustentamos o potencial da Psicanálise como ferramenta de análise e crítica social, numa franca oposição a certa concepção que se faz da Psicanálise, no sentido de esta ser individualista, psicologizante e apolítica. Se a alteridade é algo tão crucial para Freud e Lacan, se os conceitos de mal-estar e segregação se mostram tão agudos ao nível da leitura da vida coletiva, e se nos cabe, cada vez mais – como ressalta Laurent (1999) –, nos engajarmos nessa comunidade de interesses entre Psicanálise e democracia – no sentido forte do termo, como projeto não apenas ainda não suficientemente desenvolvido, mas em pleno risco –, não podíamos nos furtar de pensar as relações dessas construções com as múltiplas e sistematicamente articuladas formas de opressão que a práxis interseccional identifica.

Inferimos que há fecundidade nesse debate e em seus efeitos ético e políticos, na medida em que a vivência democrática tem tornado cada vez mais evidentes – e o quão urgente é intervir sobre – no que tange a sofrimentos ligados a fatores materiais, de raça, gênero, capacitismo, etarismo, entre outros. Nessa dobradiça entre capitalismo e ciência, as formas de segregação vêm sendo constantemente atualizadas – “inovação” é *slogan* quase onipresente em nossa cultura – e a práxis interseccional auxilia a revelar o quanto essas redes de exclusão são imbricadas e como aquelas e aqueles que recaem na interseção dessas categorias precisam ser mais protagonistas dessas transformações. Nesse sentido, pudemos identificar, em nossas pesquisas, preciosas contribuições dos trabalhos de analistas negras sobre os efeitos de exclusão, como Virgínia Bicudo e Neusa dos Santos Souza, e que durante muito tempo tiveram minorada a recepção e valorização dessas construções.

Concluimos, também, ser imperativo organizar ações como meio de enfrentamento e resistência a essa forma sistemática de exclusão, tais como: 1. Resgatar as contribuições de analistas negros e negras olvidados. 2. Apreender e tirar consequências práticas sobre as determinações dessa receptividade negativa. 3. Tornar cada vez mais sensíveis e engajadas nossas escutas para o reconhecimento do sofrimento ligado às formas de segregação. 4. Buscar promover constantemente o protagonismo de analistas que recaiam sobre a interseção dessas múltiplas categorias de segregação. Dessa forma, podemos dar alguns passos éticos mais firmes no sentido de estarmos, como nos convoca Lacan (1950/1998), “à altura da subjetividade de nosso tempo” (p. 322).

Referências

Akotirene, K. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen.

Aurélio. (2002). *O Mini dicionário da Língua Portuguesa*. (7a imp.). Rio de Janeiro: Editora.

Costa, C. A. R.; Kosovski, G. F. & Nascimento, J.

- Barros, R. R. (2003). Sem Standard, mas não sem princípios. *Conferência na mesa de abertura do Congresso da EBP*. Belo Horizonte.
- Braga, A. P. M. (2016). Pelas trilhas de Virgínia Bicudo: Psicanálise e relações raciais em São Paulo. *Lacuna: uma revista de Psicanálise*, (2). Recuperado em 2 jan. 2025 em: <<https://revistalacuna.com/2016/12/06/n2-01/>>
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1(8). Recuperado em 2 jan. 2025 em: <<http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>>
- Dicio. (2018). *Dicionário Online de Português*. Porto: 7Graus. Recuperado em 2 jan. 2025 em: <<https://www.dicio.com.br/>>
- Freud, S. (2003). Projeto de uma psicologia. In Gabbi Jr. O. F., *Notas a projeto de uma psicologia: as origens utilitaristas da Psicanálise*. (pp. 173-260). Cidade: Imago. (Obra original publicada em 1895).
- Freud, S. (2006). Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna. In Freud S. *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Freud*. (Vol. 9, pp. 169-190). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1908).
- Freud, S. (2006). Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In Freud S. *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Freud*. (Vol. 17, pp. 169-182). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1919).
- Freud, S. (2006). O mal-estar na civilização. In Freud S. *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Freud*. (Vol. 21, pp. 64-148). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1930).
- Freud, S. (2006). O parecer do perito no caso Halsman. In Freud S. *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Freud*. (Vol. 21, pp. 259-261). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1931).
- Freud, S. (2006). Psicologia das massas e análise do eu. In Freud S. *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Freud*. (Vol. 18, pp. 77-154). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1921).
- Freud, S. (2006). Por que a guerra? In Freud S. *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Freud*. (Vol. 22, pp. 189-192). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1932).
- Freud, S. (2006). Sobre o narcisismo: uma introdução. In Freud S. *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Freud*. (Vol. 14, pp. 75-110). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1914).
- Freud, S. (2006). Totem e tabu. In Freud S. *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Freud*. (Vol. 13, pp. 11-162). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1913).
- Freud, S. (2006). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In Freud S. *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Freud*. (Vol. 7, pp. 117-229). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1905).
- Gomes, J. D. (2013). *Os segredos de Virgínia: estudo de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955)*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Recuperado em 2 jan. 2025 em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-14032014-103244/publico/2013_JanainaDamacenoGomes.pdf>

- Hill-Collins, P. & Bilge, S. (2020). *Interseccionalidade*. (Souza, R., Trad.). São Paulo: Boitempo.
- Lacan, J. (2003). Proposição de 9 de outubro de 1967. In Lacan J. *Outros Escritos*. (pp. 248-264). Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1967).
- Lacan, J. (2003). Alocução sobre as psicoses na infância. In Lacan J. *Outros Escritos*. (pp. 359-368). Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1968).
- Laurent, E. (1999). O analista cidadão. *Revista Curinga*, (13).
- Mautner, A. V. (2000). Fui buscar defesas para o íntimo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Folha Ilustrada. Recuperado em 2 jan. 2025 em <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2000/10/06/21>>
- Michaelis. (2015). *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa [em linha]*. Recuperado em 2 jan. 2025 em <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>>
- Miller, J. A. (2010). *Extimidad. Los cursos psicoanalíticos de Jacques Alain Miller*. Buenos Aires: Ediciones Paidós.
- Munanga, K. (2020). As ambiguidades do racismo à brasileira. In Kon, N. M., Abud C. C. & Silva, M. L. *O racismo e o negro no Brasil: questões para a Psicanálise*. (pp. xx-xx). São Paulo: Perspectiva.
- Nascimento, J. (2021). *Identificação à brancura: perspectivas em Psicanálise para o racismo contra o negro no Brasil*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.
- Nogueira, I. B. (1998). Significações do corpo negro. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Recuperado em 2 jan. 2025 em: <<https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/significacoes-do-corpo-negro-isildinha-baptista-nogueira-tese.pdf>>
- Penna, W. P. (2019). *Escrevivências das memórias de Neusa Santos Souza: apagamentos e lembranças negras nas práticas PSIS*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. Recuperado em 2 jan. 2025 em: <https://app.uff.br/slab/uploads/2019_d_WilliamPenna.pdf>
- Priberam. (2013). *Dicionário da Língua Portuguesa [em linha]*. Recuperado em 2 jan. 2025 em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/chave>>
- Schechter, R. & Vidal, P. (2020). O apagamento de Virgínia Leone Bicudo e seus trabalhos sociológicos. *Revista transversos*, (20), 86-107.
- Souza, N. S. (2023). *A psicose: um estudo lacaniano*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Souza, N. S. (2021). *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Souza, N. S. & Hanna, M. S. G. F. (2005). *O objeto da angústia*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Souza, N. S. (2008). Trilogia da mente. [Entrevista concedida a L. Ramos e S. Almada]. *Programa Espelho*. Rio de Janeiro: Canal Brasil. Programa de TV.
- Tarrab, M. (2019). Um racismo e o outro. *Lacan XXI Revista FAPOL online*, 7, 26-28. Recuperado em 2 jan. 2025 em: <<https://www.lacan21.com/sitio/um-racismo-e-o-outro/?lang=pt-br>>
- Truth, S. (1851). Ain't I Woman?, Speech Delivered at Ohio Women's Rights Convention, May 1851. Recuperado em 2 jan. 2025 em: <<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7446821/>>

Costa, C. A. R.; Kosovski, G. F. & Nascimento, J.

mod_resource/content/1/civil-rights-and-conflict-in-the-united-states-selected-speeches-001-aint-i-a-woman.pdf>

Truth, S. (1867). Keeping the thing going while things are stirring, address to the first annual meeting of the American Equal Rights Association delivered by Sojourner Truth on May 9, 1867. Recuperado em 2 jan. 2025 em: <<https://www.bhamcityschools.org/cms/lib/AL01001646/Centricity/Domain/5481/English%20Language%20Arts%20Grade%2010%20Curriculum%20Guide/Week%201-%20English%2010%20Resource.pdf>>

Zizek, S. (2010). *Como ler Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar.

Intersectionality: psychoanalysts black women's contribution to the discussion

Abstract

In an intersectional approach that crosses issues of race, gender and social class, this article aims to present the ethical orientation followed by researches in psychoanalysis carried out in the Graduate Program in Psychology at UFF. We will start the text explaining the theoretical and ethical guidelines that drive us in the articulation between clinic and politics, based on the teaching of Freud and Lacan, to continue with the contributions to the theme made by some black and female psychoanalysts. Finally, we bring the discussion about intersectionality, indicating how the reading of Freud under the lens of Lacan undoes the confusion between the individual and the subject in their articulation with the Other, and rejects the recurrent criticism directed at psychoanalysts of undertaking an individualist and bourgeois practice.

Keywords: Intersectionality, Psychoanalysis, Otherness, Policy, Unconscious

Intersectionnalité: contribution de psychanalystes noires et femmes au débat

Résumé

Dans une perspective intersectionnelle qui traverse les questions de race, de genre et de classe sociale, le présent article vise à développer certains points de convergence, tensions et enrichissement mutuel entre psychanalyse et intersectionnalité, à travers une recherche bibliographique. Nous commençons le texte en explicitant quelques repères théoriques et éthiques qui nous guident dans l'articulation entre clinique et politique, à partir de l'enseignement de Freud et Lacan, puis nous poursuivons avec les contributions au sujet apportées par certaines psychanalystes noires et des femmes plus contemporaines. Pour conclure, nous abordons la discussion sur l'intersectionnalité en montrant comment la lecture de Freud à travers le prisme de Lacan dissipe la confusion entre l'individu et le sujet dans son articulation à l'Autre, et réfute la critique souvent adressée aux psychanalystes d'adopter une pratique individualiste et bourgeoise.

Mots-clés: Intersectionnalité, Psychanalyse, Altérité, Politique, Inconscient

Interseccionalidad: contribución de psicoanalistas negras y mujeres al debate

Resumen

En un enfoque interseccional que abarca cuestiones de raza, género y clase social, el presente artículo tiene como objetivo desarrollar algunos puntos de encuentro, tensiones y enriquecimiento mutuo entre el psicoanálisis y la interseccionalidad, a través de una investigación bibliográfica. Comenzamos el texto explicitando algunas pautas teóricas y éticas que nos orientan en la articulación entre clínica y política, a partir de las enseñanzas de Freud y Lacan, y continuamos con las contribuciones al tema aportadas por algunas psicoanalistas negras y mujeres más contemporáneas. Para finalizar, traemos la discusión sobre la interseccionalidad indicando cómo la lectura de Freud bajo la lente de Lacan deshace la confusión entre el individuo y el sujeto en su articulación con el Otro, y rechaza la crítica recurrentemente dirigida a los psicoanalistas de emprender una práctica individualista y burguesa.

Palabras clave: Interseccionalidad, Psicoanálisis, Alteridad, Política, Inconsciente

Recebido em: 4/6/2024

Revisado em: 22/8/2024

Aceito em: 2/9/2024